EDITORIAL

É com muita satisfação que apresentamos o **volume 28, número 71 (2018)**, da *Impulso* – Revista de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Metodista de Piracicaba, que tem por temática o **Trabalho Docente na Educação Superior e Educação Básica em Tempos de Crise**. Neste número temos nove artigos, sendo que seis deles tratam diretamente dos dilemas do trabalho docente no atual contexto brasileiro e três são artigos do fluxo contínuo, que versam sobre diferentes objetos de investigação. Contamos também com uma entrevista e uma resenha.

Abrindo a sessão de artigos, Eduardo Pinto e Silva e Dayton Fernando Padim nos brindam com o artigo intitulado **Intensificação do trabalho docente administrativo e processos decisórios democraticamente restritos na expansão/interiorização precária e desordenada**. Os referidos autores analisam o trabalho de professores envolvidos com a gestão, considerando os processos decisórios em uma instituição de ensino superior federal na primeira fase da expansão das instituições de ensino superior estatais públicas promovidas pelo governo Luís Inácio Lula da Silva, particularmente, de um *campus* interiorizado. Demonstram que a expansão e a interiorização, pautadas pela racionalidade instrumental e gerencial, caracterizam-se como precárias e desordenadas, de modo a extensificar e intensificar o trabalho do professor. Argumenta-se que, no caso do professor-gestor e de professores envolvidos com a gestão, a intensificação e a extensificação do trabalho têm implicações negativas acerca do aprofundamento das discussões e processos decisórios, de forma a reduzir as possibilidades de uma democracia representativa, *per si* já restrita. Desse modo, ressalta-se a necessidade de se pensar alternativas para possibilitar debates mais aprofundados e ampliados a respeito da expansão da universidade e seus processos decisórios e de inclusão.

Tendo em vista também os processos democráticos, Maria Letícia Neves, Marisa Schneckenberg, Michelle Fernandes Lima discutem, na sequência, **As formas de provimento na gestão democrática da educação pública e seus impactos na valorização docente**. O objetivo é analisar a configuração da gestão democrática da escola pública de um município localizado na Mesorregião Sudeste do Estado do Paraná. Buscam compreender as influências das atuais formas de provimento ao cargo de diretor escolar, ponderando se elas proporcionam a valorização da carreira docente. Os autores com base em fontes empíricas e dados públicos sobre o processo de eleição para gestores do município relatam algumas disparidades no que tange às formas de provimento para os cargos de direção e/ou coordenação nos espaços da Educação Infantil, destacando formas mistas de escolha com prejuízos na valorização da carreira docente.

O artigo seguinte intitulado **O trabalho docente na educação superior brasileira: perpetuações de contrarreforma em um contexto de crise**, de Rodrigo Barbosa Bastos, Ilma de Andrade Barleta, discorre sobre os impactos da contrarreforma do Estado para o trabalho docente na educação superior brasileira. Os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do artigo foram levantamento e estudo teórico-bibliográfico sobre a temática, tendo como referencial teórico o materialismo histórico dialético. Os resultados consideram que a contrarreforma do Estado brasileiro, impulsionada pela reestruturação produtiva e sob a égide dos organismos internacionais, tem impactado o trabalho docente na educação superior, tornando-o intensificado, flexibilizado e precarizado.

Gabriela Marino Silva traz um artigo intitulado **Reflexões sobre as relações de trabalho docente no ensino médio estadual paulista**, que é um recorte da dissertação de mestrado que teve como objetivo examinar as relações de trabalho docente no setor público, partindo da jornada de trabalho, tendo como *lôcus* uma escola na Região Metropolitana de Campinas. O plano de trabalho incluiu revisão da legislação e da bibliografia sobre trabalho docente acompanhada de trabalho de campo – observação do cotidiano da escola e atividades realizadas pelos docentes e entrevistas com os mesmos. Constatou-se que, do ponto de vista do Estado, o trabalho docente é reduzido a uma concepção individual e celular, sem relação com local de trabalho e, do ponto de vista docente, essa concepção os coloca “à deriva”, uma vez que seu salário, conteúdo, horas e local de trabalho são flexíveis.

A realidade da pós-graduação também é apresentada por Gildo Volpato, Ione Ribeiro Valle e Lucídio Bianchetti em **Profissionais Liberais e Pós-Graduação: percepções e estratégias em relação à avaliação da CAPES**. Os autores tratam das percepções dos profissionais liberais, das áreas de ciência social aplicada, engenharias e saúde, vinculados a programas de pós-graduação, sobre a avaliação da CAPES. A pesquisa abrangeu 18 profissionais liberais que atuam, também, como professores em 11 programas de cinco universidades comunitárias catarinenses. Com base em entrevistas realizadas com os profissionais liberais, os autores afirmam que há três problemas a serem superados no modelo de avaliação da CAPES: as regras do processo de avaliação modificam-se durante o jogo, ou seja, as novas regras são apresentadas quando o quadriênio está concluído e não antes de iniciá-lo; valoriza-se mais a quantidade de produtos do que a sua qualidade; pouca importância é atribuída à relevância da pesquisa. Observou-se que, para atender à pontuação exigida na avaliação da CAPES, os entrevistados trabalham nos finais de semana, à noite e na madrugada; trabalham em colaboração com orientandos e professores; aproveitam ao máximo os dados, diagnósticos e os contatos do campo profissional, entre outras atividades.

O artigo intitulado **Tecnologias digitais na formação docente: reconstrução de sentido**, de Luciana Backes e Glaucia Silva da Rosa, tomou como objeto a relação entre docentes e tecnologias. As autoras apresentaram a seguinte problemática: Como se constituiu a reconstrução de sentidos na relação entre tecnologias digitais e educação para os docentes da rede

municipal de Canoas/RS? A investigação incluiu a apreensão da visão dos docentes em um curso de formação docente (nível extensão acadêmica) ofertado na modalidade b-learning (encontros presenciais e on-line) para os professores da rede municipal do ensino básica. Nessa investigação, foi possível evidenciar que a reconstrução de sentidos se dá na capacidade dos seres humanos em produzir significados e, isso se revelou em meio às interações e aprendizagens que emergiram durante o curso.

Elaine Moraes Santos, em **A aceleração do tempo e o declínio da experiência na contemporaneidade**, considerando o conceito de *tempo social*, apresentado por Norbert Elias, aborda os impactos da acentuada aceleração temporal vivenciada na contemporaneidade. Destaca-se a primazia do *ethos* da sociedade ocidental, que superestima as experiências ancoradas no “aqui-agora”, no provisório e no instantâneo e impacta a relação estabelecida pelo passado, presente e futuro. Além disso, argumenta que, com o desenvolvimento dos processos comunicativos, a ênfase nos recursos digitais subtrai os sentidos, e, por conseguinte, contribui para a aceleração da percepção do tempo.

Roger Valério de Vargas Rex, no artigo intitulado **Teoria das fundações morais: o nativismo moral em Jonathan Haidt**, examina as principais críticas feitas a essa teoria de Jonathan Haidt, em especial a) a de que Haidt estaria comprometido com uma tese bastante questionável acerca da mente humana. A partir da análise das críticas, ressalta que a teoria das fundações morais, em sua versão amena, oferece uma explicação plausível para os julgamentos morais, mas falha ao não oferecer uma explicação a respeito do papel que as inferências sobre os estados mentais do autor da ação desempenham no desencadeamento das intuições morais.

O artigo escrito por Carolina Martin, Milena Pfister, Renata Ré Bollis, **GT – História da Educação da ANPED: Panorama teórico-metodológico nos encontros nacionais de 2015 e 2017**, propõe identificar os principais temas, correntes historiográficas e teóricas, no grupo de trabalho denominado “História da Educação”, da ANPED, nos encontros nacionais de 2015 e 2017. A intenção é apresentar um conjunto de informações que permitam desvelar como os pesquisadores desse campo de investigação estão tratando as complexidades que envolvem a pesquisa em História da Educação, nos meandros de uma proposta de pesquisa que permeia tanto o campo da História, quanto o da Educação.

Na seção de **Entrevistas**, convidamos Valdemar Sguissardi para falar sobre a Universidade brasileira, o trabalho do professor e os desafios do presente. Com larga experiência no ensino superior, e com uma dezena de livros e uma quantidade expressiva de artigos e capítulos de livros sobre políticas de educação superior, Valdemar Sguissardi tem muito a dizer sobre a fase atual das políticas de ensino superior no Brasil, as mudanças nas identidades das instituições de ensino superior, e o contexto atual de incerteza e de precariedade que são impostos aos professores.

A resenha escrita por Diego Marcondes e Danielle Katherine da Silva Moura é sobre o conteúdo do livro **Da universidade à Commoditycidade: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do Mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado**,

do professor Lucídio Bianchetti, em coautoria com o professor Valdemar Sguissardi. O professor Lucídio Bianchetti é doutor em Educação: História, Política e Sociedade, pela PUC/SP, e fez Estágio Pós-doutoral na Universidade do Porto, Portugal. Atualmente, é Professor Aposentado Voluntário, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC. O professor Valdemar Sguissardi é professor titular (aposentado) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). O livro foi publicado, em 2017, pela Editora Mercado de Letras. Vale a pena conhecer esse livro e os vários questionamentos que os autores apresentam em relação às transformações na definição e funcionamento das instituições de ensino superior brasileiras que, submetidas ao mercado, tornaram-se um espaço regulado de modo heterônomo e desrespeitado em sua proclamada autonomia.

Finalizando, gostaríamos de dizer que o próximo número da *Revista Impulso*, **V. 28, n. 72 (2018), Políticas Educacionais e Privação de Direito**, apresentará artigos que problematizam as políticas educacionais, considerando a privação de direitos em diferentes dimensões da educação, como no financiamento, no trabalho docente e no campo dos movimentos sociais e sindicais. Não deixe de acompanhar! Colabore também com a *Revista Impulso*, submetendo artigos científicos, ensaio e/ou resenhas.

Desejamos uma excelente leitura a todos os pesquisadores que estudam esta temática.

Piracicaba, 6 de junho de 2018.

Tânia Barbosa Martins

E-mail: tania.martins@unimep.br/ ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4095-4995>

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos.
Professora no Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Metodista de Piracicaba.
Presidente da Comissão Editorial da Revista Impulso
– Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas